



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MINAS GERAIS

1 Ata da Ducentésima Décima Quarta Reunião Plenária do Conselho Estadual dos Direitos da  
2 Criança e do Adolescente de Minas Gerais - CEDCA/MG, realizada em sua sede, no dia **21 de**  
3 **Maió 2009**, com seu início às 09 horas e 20 minutos. Estavam presentes os seguintes  
4 Conselheiros: Fernanda Flaviana Souza Martins (Titular - SEDESE), Rosilene Estevam Nazar  
5 (Titular - Convenção Batista Mineira), Obedes Barbosa Soares (Titular - Grupo de Instituições  
6 Solidárias - GIS), Ananias Neves Ferreira (Suplente - Centro Voluntariado de Apoio ao Menor),  
7 Ivan Ferreira da Silva (Suplente - SEDESE), James Andris Pinheiro (Titular - OAB/MG), Hudson  
8 Roberto Lino (Titular - Associação Ágape), Amaury Costa Inácio Silva (Titular - Sindicato dos  
9 Psicólogos), Maria do Rosário de Castro (Suplente - Instituto de Educação e Construção da  
10 Cidadania), Dagoberto Alves Batista (Titular - Polícia Civil), Adriana Belisário (Suplente -  
11 Associação Mineira de Reabilitação), Ronaldo Araújo Pedron (Titular - Secretaria de Defesa  
12 Social), Maria Auxiliadora Sales Gonçalves (Titular - Secretaria Estado Fazenda), Cláudia de  
13 Souza Barbosa Garcias (Suplente - CRESS - Conselho Regional de Serviço Social), Raymundo  
14 Rabelo Mesquita (Titular - Inspeção São João Bosco), Rosemary Leite Mattos (Titular - Secretaria  
15 de Estado da Educação), Sônia Feres (Suplente - Associação Portadores de Deficiência -  
16 ARPODE), Nelly Costa Bittencourt (Suplente - Federação Estadual das Instituições de  
17 Reabilitação de Minas Gerais - FEBIEX), Ricardo Augusto Zadra (Suplente - Secretaria de Estado  
18 Fazenda), Bernardo Ferreira Gonzaga (Titular - SEDESE), Mirian Cury (Titular - Frente Sul Mineira  
19 dos Direitos da Criança e do Adolescente), Cleverson Natal de Oliveira (Titular - PMMG), Maria da  
20 Consolação Faria (Titular - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Leste II).  
21 Presente ainda: Dra. Maria de Lurdes Santa Gema (Promotora Infância e Juventude Belo Hte),  
22 Dra Andréia Carelli (Coordenadoria Promotorias Infância e Juventude de MG). **Justificada a**  
23 **ausência:** Regina Helena Cunha Mendes (Titular - Associação Profissionalizante do Menor -  
24 ASSPROM), Maria Cândida R. Jacques Gonçalves (Titular - SEPLAG), Gláucia Brandão (Titular -  
25 Assembléia Legislativa), André Quintão (Suplente - Assembléia Legislativa de Minas Gerais),  
26 Guilherme Rodrigues de Oliveira (Suplente - Secretaria de Defesa Social), João Batista de Oliveira  
27 (Suplente - Subsecretaria de Direitos Humanos - SEDESE). **Ausentes:** Maria Aparecida dos  
28 Santos Queiroz (Suplente - Associação Papa João XXIII no Brasil), José Marcelo de Azevedo  
29 (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães), Eloisa Helena Rabelo Patrus (Suplente - Secretaria  
30 Educação), Ilca Verneque Castro (Suplente - Secretaria da Saúde), Benedito Scaranci Fernandes  
31 (Titular - Secretaria de Estado da Saúde), Jonacir Dadalto (Suplente - Fundação CDL/BH para  
32 Desenvolvimento da Criança e do Adolescente), Edivaldo Onofre Salazar (Suplente - PMMG),  
33 Ione Moraes Tofanelli (Titular - Associação Nosso Guri). **Convidados:** Rosângela Gomes  
34 (Assessora Deputada Gláucia Brandão), Carlos Bonfá (Assessor Deputada Gláucia Brandão),  
35 Maíra Colares (Assessora do Deputado André Quintão), Profª Maria Lúcia Miranda Afonso  
36 (UFMG), Hans Carloni e Cássia Vieira de Melo (Ad Hoc Assessoria Social Ltda), Karla Damiani  
37 (Instituto de Governança Social - IGS). A **Presidente** abriu a reunião cumprimentando a todos,  
38 conferindo o quórum e manifestando seu agradecimento aos Conselheiros que chegaram no  
39 horário para começar esta primeira plenária na parte da manhã. Lembrou que o Planejamento  
40 Estratégico já previa a ampliação do horário da reunião para o dia todo, tendo em vista que o  
41 tempo da tarde estava sendo suficiente para discutir todos os assuntos, com as reuniões  
42 terminando por volta das 20h, ocasionando uma visível queda de produtividade dos Conselheiros.  
43 Em seguida, agradeceu aos Conselheiros, a equipe da Secretaria Executiva e demais parceiros  
44 que participaram e apoiaram o evento do dia 18 de Maio, na Procuradoria Geral de Justiça,  
45 assunto que é ponto de pauta ainda hoje. Logo após foi colocada em votação a **ata da plenária**  
46 realizada em 16 abril. Após consideração feita pelo Conselheiro Ricardo em sua fala na linha 240,  
47 a referida ata foi **aprovada**. Em seguida passou ao segundo ponto da pauta: **Plano Estadual de**  
48 **Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar**  
49 **e Comunitária**, concedendo a palavra à Professora Lúcia Afonso da UFMG, para apresentação  
50 da proposta de elaboração deste Plano. **Lúcia Afonso** começou informando que foi uma das  
51 pessoas que participou como consultora nas Câmaras Temáticas do Plano Nacional, participando  
52 como técnica na elaboração da versão preliminar intitulado "Subsídio ao Plano", juntamente com o

53 GT nacional, num trabalho intersetorial. Esta contribuição foi entregue e analisado pela Secretaria  
54 Especial de Direitos Humanos, sendo posteriormente colocado para consulta pública, retornando  
55 então com novas contribuições, que foram acrescidas ao texto final. Informou que também  
56 participou do processo de sistematização, juntamente com Andréia Fucks. Disse que o grupo não  
57 poderia assinar o Plano, que já estava completo, com cronograma de execução e tudo mais,  
58 sendo então lançado pelo CONANDA. Na sequência passou à apresentação da proposta de  
59 consultoria para colaboração na elaboração do **Plano Estadual de Promoção, Proteção e**  
60 **Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Fez  
61 breve exposição das atribuições comuns e específicas às três esferas de Governo na elaboração,  
62 implementação, monitoramento e avaliação dos resultados. Cabe: Articular os atores sociais  
63 envolvidos na implementação para a consecução dos objetivos propostos nos eixos (análise da  
64 situação, atendimento, marcos normativos e regulatórios, articulação); identificar e mensurar os  
65 resultados, efeitos e impactos dos objetivos e ações propostas; proporcionar informações  
66 necessárias e contribuir para tomadas de decisões; acompanhar o desenvolvimento das ações e  
67 tarefas referentes ao Plano; controlar as ações e os resultados do Plano; socializar as  
68 informações periodicamente entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos e aos Conselhos  
69 de Direitos e da Assistência Social; avaliar continuamente o Plano durante sua execução. Falou  
70 também das atribuições específicas à esfera Estadual, as mesmas que estão descritas na  
71 publicação do Plano Nacional, destacando o permanentemente diálogo com a Comissão Nacional  
72 e com os Municípios, visando o cumprimento do Plano, inclusive apoiando na produção de  
73 informações a serem consolidadas. A participação do Conselho Estadual de Assistência Social -  
74 CEAS, SEDESE, GT Mineiro, numa construção conjunta da proposta estadual para a convivência  
75 familiar e comunitária e a ampliação da questão da possibilidade do direito a ter vínculos. É  
76 preciso ações complementares à família das crianças e adolescentes em situação de acolhimento  
77 e a discussão de questões relacionadas à adoção. Na sequência falou do **objetivo** da consultoria:  
78 **1. Colaborar** com o CEDCA na elaboração do Plano Estadual juntamente com o GT, o CEAS e  
79 demais parceiros, dando apoio e subsidiando. **2. Construir** o processo com o GT, ressaltando que  
80 a consultoria não atuará como autoridade máxima, vai trabalhar em conjunto com os atores  
81 envolvidos, sob a coordenação do CEDCA. **3. Colaborar** na sistematização de dados e questões  
82 consideradas essenciais à elaboração do Plano Estadual, mediante demanda. **4. Colaborar** na  
83 consolidação e redação dos documentos intermediários e finais, facilitando a ampla participação  
84 do GT na produção destes documentos. **5. Colaborar** na organização da consulta pública a ser  
85 conduzida pelo CEDCA. **6. Colaborar** na consolidação, redação final e apresentação do  
86 documento. Neste instante, a **Presidente** interveio para informar que amanhã receberá a  
87 pesquisa de abrigos pronta, convidando na oportunidade, os membros da Comissão de Políticas  
88 Públicas e demais Conselheiros a participarem da próxima reunião do GT mineiro, onde serão  
89 apresentados os dados da pesquisa, na próxima quinta-feira. Agradeceu aos Conselheiros  
90 Obedes, Ananias e Regina, ao CEAS, a Frente de Defesa e demais Fóruns que integram o GT,  
91 ressaltando que todos trabalharam de forma construtiva e coesa. De volta com a palavra, a Prof<sup>a</sup>  
92 **Lúcia Afonso** passou a metodologia de trabalho para a construção do Plano Estadual: Ampla  
93 discussão e adequação e sistematização dos resultados com vistas ao texto final; reunião com  
94 CEAS, CEDCA, GT, para discussão dos 4 eixos estratégicos que são: Análise da situação;  
95 atendimento; marcos normativos e regulatórios; mobilização, articulação e participação. Além do  
96 apoio a família e adoção, que são eixos fronteiriços. A base será sempre o Plano Nacional, mas  
97 com as adequações e propostas concernentes com a realidade do Estado de Minas Gerais. Os  
98 eixos serão discutidos nas reuniões do GT, uma para cada eixo. Logo em seguida informou o  
99 **calendário de execução** da proposta, que é o que se segue: Abril - reunião preliminar com o  
100 CEDCA, CEAS e GT; **mês de maio** - reunião ordinária do GT e discussão do eixo I; **junho** -  
101 reunião ordinária do GT para discussão do eixo II; **julho** - reunião ordinária do GT para discussão  
102 do eixo III; **agosto** - reunião ordinária do GT para discussão do eixo IV; **setembro** - produto I  
103 (sistematização das discussões do Seminário); **outubro** - produto II (consulta pública,  
104 sistematização e discussão); **novembro** - documento com integração das propostas ao longo do  
105 processo; reunião com GT para discussão e aprovação; entrega do documento final ao  
106 CEDCA/MG. O custo total do Plano é de **R\$24.480,00**, a serem pagos em **quatro parcelas** de  
107 **R\$6.120,00**. **Raymundo** Mesquita manifestou preocupação em relação a este Plano e outros que  
108 o CEDCA venha a aprovar e se tornarem inoperantes, pois, com a mudança da sociedade civil no  
109 final do ano, corre-se o risco de não conseguirmos implementá-los, ressaltando que é preciso que

110 se tenha a garantia da continuidade. As pessoas passam, mas o CEDCA permanecerá com novos  
111 Conselheiros que deverão dar continuidade a tudo que se aprovar nesta plenária. **Fernanda**  
112 respaldou as palavras do Conselheiro, lembrando que é preciso acima de tudo cumprir o  
113 estabelecido no Planejamento Estratégico do CEDCA, aprovado no ano passado, e que prevê a  
114 elaboração dos dois Planos que estão em pauta nesta plenária para deliberar, o da Convivência  
115 Familiar e Comunitária e o de Medidas Sócioeducativas. **Ricardo** Zadra interveio para informar  
116 que a proposta apresentada pela Prof<sup>a</sup> Lúcia Afonso para o Plano Estadual de Promoção,  
117 Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária,  
118 foi avaliada pela Comissão de Orçamento e Finanças, juntamente com os demais orçamentos,  
119 sendo um de maior valor (Ad Hoc Consultoria) não foi acatado, e de uma terceira entidade que  
120 declinou da apresentação da proposta. Disse que este 3º orçamento não foi encaminhado à  
121 Comissão. **Fernanda** informou que este terceiro orçamento estava no e-mail, e se preciso poderia  
122 buscá-lo para Ricardo ler naquele momento. **Ricardo** lembrou que a Ad Hoc Consultoria, já está  
123 participando de outros trabalhos do CEDCA, restando somente a proposta da consultoria da Prof<sup>a</sup>  
124 Lúcia Afonso para deliberação. **Ricardo** perguntou de qual fonte sairá o recurso para pagar esta  
125 proposta. **Fernanda** respondeu que sairá da fonte 10 (Tesouro), pois, da fonte 45 (dinheiro do  
126 FIA) é somente através de apresentação de projeto, como já salientou o Conselheiro Ricardo em  
127 plenária passada. Informou que o recurso é oriundo de emenda parlamentar de participação  
128 popular. **Ricardo** informou que qualquer recurso que caia no FIA somente poderá ser utilizado  
129 mediante apresentação de projeto, que terá de tramitar pelas Comissões como os demais  
130 projetos. **Ananias** informou que por se tratar de proposta de consultoria para o próprio CEDCA,  
131 talvez não precise que o projeto tramite para utilização deste recurso. Em seguida, a Presidente  
132 propôs a **deliberação** da proposta para elaboração do **Plano Estadual de Promoção, Proteção**  
133 **e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, que  
134 foi colocada em **votação** e **aprovada** por unanimidade. A seguir passou-se a mais um ponto de  
135 pauta: **Evento dia 18 Maio**, sobre a construção do Plano Estadual de Enfrentamento ao Abuso e  
136 Exploração Sexual praticados contra Crianças e Adolescentes. **Fernanda** informou que o evento  
137 contou com a participação de cerca de 200 pessoas, uma resposta muito boa da sociedade, com  
138 o apoio da mídia nesta importante ação do CEDCA. A dedicação de todos os parceiros foi muito  
139 grande, agradeceu todos os Conselheiros que participaram coordenando grupos, os palestrantes,  
140 e Dra. Andréia que cedeu o espaço para a realização do evento. O grupo do eixo defesa e  
141 responsabilização não conseguiu trabalhar todos os objetivos em tempo hábil, sendo necessária  
142 mais uma reunião para fechamento da discussão. O Coordenador da Comissão de Políticas  
143 Públicas, Cleverson Natal coordenou o grupo juntamente com o Conselheiro Guilherme. Informou  
144 que Fátima Fleury (SEDESE) está terminando a consolidação das propostas dos grupos,  
145 digitando em vermelho aquilo que foi alterado da proposta original do Plano, para que possa então  
146 ser encaminhado à UFMG. O prazo é de 10 a 15 dias no máximo, para logo em seguida ser  
147 colocado para consulta pública. **Fernanda** informou ao Conselheiro Cleverson Natal que esta  
148 **reunião** com o **grupo** defesa e responsabilização não pode demorar a acontecer, pois, faz-se  
149 necessário fechar os três eixos que faltam. **Natal** informou que na verdade são 4 eixos que faltam,  
150 pois, foi criado mais um eixo durante as discussões do grupo, e que, o último eixo talvez tenha  
151 que ser alterado, tendo em vista que a legislação está ultrapassada. **Natal** disse ainda que a falta  
152 dos indicadores dificultou um pouco as discussões. **Bernardo** sugeriu que se faça pelo menos  
153 trimestralmente, mediante os indicadores, uma avaliação das metas do Plano, verificando se  
154 estão sendo cumpridas, para que não ocorra o que aconteceu com o Plano original de  
155 enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, que ficou  
156 parado desde sua publicação. Dra **Andréia** informou da iniciativa da criação de um grupo com os  
157 atores sociais envolvidos, unindo forças no combate ao enfrentamento desta violência cometida  
158 contra as crianças e adolescentes, de forma a instituir um programa que combata todas as  
159 violações, seja negligência, violência, enfim, todas as denúncias que chegam. Mapear todos os  
160 dados, verificando inclusive se os Conselhos Tutelares foram acionados. **Fernanda** manifestou  
161 interesse em compor este grupo. **Ananias** informou da iniciativa da apresentação de projeto a  
162 parlamentar estadual, propondo o retorno da Secretaria de Esporte e Juventude como  
163 representante com assento no CEDCA, que já possuindo parecer favorável, mas não entra na  
164 pauta de jeito nenhum. Falou da importância da Secretaria de Cultura também compor o CEDCA,  
165 e a Secretaria de Governo por questão de estratégia. Lamentou o fato de o projeto estar parado  
166 aguardando votação, e o fato do não se manifestar a respeito, ressaltando a importância de insistir

167 no assunto. **Fernanda** disse que levará este assunto para discussão na Mesa Diretora, dando um  
168 retorno ao Conselheiro oportunamente. **Ananias** disse que a SEDESE deve ser ouvida, pois, o  
169 projeto trata de matéria afeta a ela. Antes de passar ao próximo ponto da pauta, o Conselheiro  
170 **Bernardo** solicitou à Presidente que fosse encaminhado à todos os Conselheiros, por e-mail, a  
171 **recomendação nacional** para a alteração do Plano Nacional de Combate à Violência, Abuso e  
172 Exploração Sexual, material distribuído no evento do dia 18 de maio. Obedes solicitou que fosse  
173 encaminhado também, via e-mail, as palestras da Profª Marlice e Dra. Maria de Lourdes. A  
174 **Presidente** solicitou à técnica da CPP que encaminhasse, por e-mail, este material aos  
175 conselheiros. Na sequência passou-se ao próximo ponto da pauta: **Apresentação do Plano de**  
176 **Comunicação pelo Instituto de Governança Social - IGS.** **Karla Damiani** começou sua  
177 exposição informando que foram realizadas várias reuniões para a construção conjunta deste  
178 Plano, bem como feita uma apresentação em plenária da minuta deste documento para  
179 conhecimento de todos os Conselheiros. Agora retornamos para a apresentação final com vistas a  
180 aprovação final nesta plenária. Ressaltou que ficou muito satisfeita ao saber que o profissional de  
181 comunicação do CEDCA retornou da licença médica, Sr. Marciano, que chegou em boa hora,  
182 pois, uma das diretrizes do Plano é justamente a sugestão de criação de uma Comissão Temática  
183 de Comunicação. **Karla** disse que agora se pode até pensar na contratação de estagiários, pois,  
184 existe um profissional da área de comunicação para exercer a supervisão exigida por lei. Disse  
185 que foram aproveitadas as contribuições do CEDCA de 2006, da Comissão que se reuniu para  
186 elaboração de um Plano de Comunicação, cujo Coordenador foi o Conselheiro Ricardo Zadra.  
187 **Karla** disse que aquele Plano tem muitos aspectos semelhantes a este que foi elaborado em  
188 parceria com o IGS. Falou do objetivo do Plano é potencializar os fluxos de comunicação entre os  
189 diversos atores que fazem parte do dia a dia do CEDCA, além de estruturar e sistematizar as  
190 ações de comunicação que o Conselho desenvolve, atribuindo à comunicação o papel de  
191 mobilizador social. O Plano é dividido em três partes, um breve diagnóstico, já apresentado na  
192 plenária passada, uma metodologia específica para abordagem do público alvo do CEDCA, e  
193 finalmente as propostas de ações e cronogramas estabelecidas e o cronograma de cumprimento  
194 das mesmas. A seguir, falou rapidamente dessas ações, destacando a reativação da Assessoria  
195 de Comunicação Social do CEDCA, com a sugestão de criação da Comissão Temática de  
196 Comunicação; também a criação de um Jornal mural, de uma Revista do Direito da Criança e do  
197 Adolescente; o Clipping eletrônico, dentre outras. Destacou a importância da gestão da  
198 informação como uma ação do Plano, pois, foi relatado durante as reuniões de construção do  
199 Plano de que quando há mudança de mandato de Conselheiros há perda de informação de  
200 materiais produzidos. Para evitar este problema sugeriu a mesma ação proposta no Plano de  
201 2006, a criação de um Centro de Pesquisa, que resgataria as matérias publicadas relacionadas à  
202 criança e ao adolescente, com a organização do acervo do Conselho. Falou ainda da criação do  
203 site do CEDCA que estará no ar até o final do mês de junho, uma ferramenta que poderá ser  
204 alimentada pelo próprio Conselho, colocando as informações que julgar necessário. A parte  
205 referente às notícias deverá ser alimentado e monitorado pelo menos mensalmente, pois, as  
206 notícias não devem ficar desatualizadas no site. Foi feita reunião com o Secretário Executivo e  
207 dois servidores do Conselho para informar sobre como alimentar o novo site. **Karla** ressaltou que  
208 agora o Conselho adquiriu autonomia para veicular suas informações, podendo ele mesmo  
209 alimentar o site. A seguir surgiu breve discussão acerca da forma de criação desta Comissão  
210 Temática de Comunicação. **Walter** consultou a Resolução 001/2004, artigo 1º, parágrafo único, e  
211 informou que bastava a deliberação em plenária e o registro em ata. Neste instante, sem que se  
212 chegasse a um consenso, foi feito o intervalo para o almoço. Ao retornar foi proposta a criação de  
213 um **Grupo de Trabalho**, que trabalhará **60 dias** detalhando as diretrizes deste **Plano de**  
214 **Comunicação**, e ao término dos trabalhos, poderá ser avaliada a real necessidade da criação  
215 desta Comissão Temática de Comunicação. **Proposta acatada.** Para coordenador este grupo foi  
216 indicado Ricardo Zadra, com a participação dos Conselheiros, Amaury, Cândida, Fernanda,  
217 Rosilene, e o técnico Marciano. Logo após, **Ananias** propôs que fosse colocada em votação a  
218 prorrogação do tempo de realização desta plenária. Feito isto, a reunião foi prorrogada para até as  
219 16:00h. Logo após, foi colocado também em **votação** o **Plano Estadual de Comunicação do**  
220 **CEDCA**, elaborado pelo IGS, que foi aprovado por unanimidade. A **Presidente** informou neste  
221 momento que precisaria sair por volta das 15h, a pedido do Secretário da SEDESE, passando a  
222 condução dos trabalhos da reunião com a Conselheira Rosilene. Na oportunidade, **Fernanda**  
223 comentou a respeito do que aconteceu no Programa Silvio Santos, com a garotinha Maísa, que se

224 assustou com um menino com rosto com pintura de monstro e começou a chorar no ar, surgindo  
225 uma breve discussão a respeito do trabalho infantil focado na mídia, em especial na televisão.  
226 Informou que o Conselho de São Paulo pediu para os demais se manifestarem acerca do assunto.  
227 **Bernardo** informou que alguns juízes já autorizam este tipo de atividade com menos de 16 anos,  
228 resguardada a compatibilidade com as tarefas escolares, não permitindo a exploração sem  
229 controle, mas que é preciso uma reflexão mais aprofundada em torno do assunto. Na  
230 oportunidade, sugeriu que fosse pautada na próxima reunião plenária, apresentação da  
231 Subsecretaria Antidrogas e da Secretária de Saúde, abordando a política antidrogas voltada ao  
232 atendimento do público infante-juvenil. **Ananias** argumentou que, não importa a forma como o  
233 trabalho infantil se apresente, todas elas contrariam o ECA, ressaltando que é preciso proteger a  
234 criança e o adolescente deste tipo de exploração. Em seguida passou-se ao **próximo** item da  
235 **pauta: Conferência Estadual**. Foi passada a palavra à técnica Zuleide para os informes sobre a  
236 Conferência. Ela disse que não havia muita novidade, que nas reuniões realizadas até o momento  
237 foram elaborados dois documentos, a Resolução e o Documento Base de orientação aos  
238 municípios, que já está no site. Ainda que, está em negociação com a Assembléia Legislativa o  
239 estabelecimento de parceria para a realização da Conferência. **Fernanda** informou que a  
240 Assembléia colaborará com apoio operacional, convites, com o documento consolidado, dentre  
241 outros. Na oportunidade informou que os conselheiros estavam recebendo uma listagem com as  
242 datas e os municípios que solicitaram palestrantes, solicitando que os mesmos se manifestassem  
243 a respeito da possibilidade em participar. A maioria dos municípios marcou a Conferência até  
244 meados de junho, que a expectativa quando se entra em contato com um Conselheiro Estadual é  
245 muito grande, mas que certamente todos corresponderão. Informou ainda que a parceria será  
246 formalizada mediante a assinatura de um Termo assinado pela SEDESE, CEDCA e a Assembléia  
247 Legislativa. Falou da necessidade da criação de uma **apresentação única** para todos os  
248 Conselheiros, para que tenham a mesma linguagem ao falar sobre os temas e ao abordarem os  
249 textos referentes a cada eixo estabelecido pelo CONANDA. **James** manifestou sua preocupação  
250 em relação ao entendimento desses textos pelos municípios, que o ideal seria uma capacitação  
251 voltada aos conselheiros que vão viajar, exatamente para afinar essas falas. Também poderá ser  
252 construído um material único a ser utilizado por todos. **Alice** propôs a realização de um pequeno  
253 Seminário, que a Frente de Defesa já estava pensando numa proposta semelhante, sugerindo que  
254 o CEDCA participe. Informou que haverá uma reunião **dia 26/03**, à tarde para este fim. **Ricardo**  
255 propôs que seja acionado de imediato o técnico da área de comunicação para trabalhar neste  
256 material, fazendo um esboço dos textos, dos temas e das orientações aos municípios. **Maria do**  
257 **Rosário** interveio para perguntar como ficará a realização da Conferência Estadual com a  
258 dilatação do prazo para a realização das Conferências Municipais, pelo CONANDA, concedendo o  
259 prazo até dia 30/07. Esta pergunta gerou exaustiva discussão em torno da necessidade ou não de  
260 se alterar a data da Conferência Estadual, dos problemas que isto poderia acarretar, como a  
261 definição de data e local que já estão fechados, além da possibilidade de não conseguir fechar a  
262 parceria com a Assembléia Legislativa, que não poderá aceitar o envio de consolidados da etapa  
263 municipal depois da data limite prevista na nossa Resolução já publicada, dia 17/07. **Hudson**  
264 chegou a sugerir que recebamos normalmente os consolidados até esta data e os que chegarem  
265 depois seriam aceitos informalmente. **James** disse que os Estados não devem mudar suas datas  
266 em virtude da dilatação de prazo que o CONANDA concedeu aos municípios, pois, se altera o  
267 cronograma na etapa estadual, que é um evento muito mais complexo para organizar, atropela-se  
268 tudo que vem pela frente. Disse ainda que quem deveria estipular prazos as municípios são os  
269 Conselhos Estaduais e não o Conselho Nacional. **Bernardo** acha que não tem cabimento mudar a  
270 data da Conferência Estadual, pois, se for dilatado o nosso prazo, a Assembléia não poderá  
271 auxiliar o CEDCA na realização do evento. Muito se discutiu até chegar nas duas propostas que  
272 se seguem e que foram colocadas em votação. **1. Bernardo**: Manter a Resolução e ratificar os  
273 prazos nela contidos. **2. Hudson**: Manter a postagem dos consolidados dia 17/07, mas aceitar o  
274 consolidado depois desta data. As duas propostas foram **colocadas em votação e aprovada** a  
275 do Conselheiro Bernardo, por **11 votos a 6**. Foi sugerido o reenvio da Resolução/CEDCA que  
276 dispõe sobre a Conferência aos Municípios, reafirmando os prazos nela previstos e informando  
277 aos Conselhos Municipais que permanece o prazo de 17/07 para o envio dos consolidados ao  
278 Conselho Estadual. A seguir passou-se ao **próximo ponto de pauta: Deliberação do Plano**  
279 **Estadual de Atendimento às Medidas Sócioeducativas do CEDCA/MG**. Com a palavra Hans  
280 Carloni e Cássia Vieira de Melo começaram a exposição informando que descreveriam em

281 seguida toda a metodologia para elaboração do referido Plano. **Raymundo** Mesquita,  
282 Coordenador da Comissão de Medidas Sócioeducativas do CEDCA, interveio informando que a  
283 Secretaria de Defesa Social custeará o pagamento deste trabalho de elaboração do Plano  
284 Estadual de Atendimento às Medidas Sócioeducativas do CEDCA, a ser feito pelo Hans e a  
285 Cássia, da AD HOC Consultoria Social Ltda. Aproveitou para agradecer em seu nome e em nome  
286 de todos os Conselheiros, ao Ronaldo Araújo Pedron pela iniciativa de sua Secretaria em custear  
287 o pagamento deste Plano. Logo após Cássia informou que esta proposta foi encaminhada à todos  
288 os conselheiros via e-mail para leitura prévia e envio de sugestões de alteração ao CEDCA até dia  
289 11/05. Não houve nenhuma manifestação dos Conselheiros à esta proposta que agora é  
290 apresentada em plenária. Começou sua exposição informando que o trabalho será desenvolvido  
291 em **8 etapas**, com a realização de **24 atividades** e a entrega de **20 produtos**, num **prazo de 12**  
292 **meses**, a contar da assinatura do contrato com a Secretaria de Defesa Social. **Etapas:** 1. Coleta  
293 inicial de dados e informações. 2. Elaboração e/ou atualização do mapeamento e caracterização  
294 das instâncias do Sistema de Garantia de Direitos, da rede de atendimento das diversas políticas  
295 públicas estaduais, de ONG's que atuem em âmbito Estadual, outras. 3. Levantamento de Boas  
296 Práticas em relação à Execução das Medidas Sócioeducativas. 4. Organização de 12 (doze)  
297 Grupos de Trabalho - GTs Regionais envolvendo os atores do Sistema de Garantia de Direitos e  
298 reuniões nas respectivas regiões. 5. Realização de 01 (um) Encontro Estadual em Belo Horizonte  
299 envolvendo os atores do Sistema de Garantia de Direitos representantes dos GTs Regionais, 6.  
300 Disponibilização de Documento Preliminar do Plano para consulta pública. 7. Incorporação das  
301 contribuições da consulta pública ao Documento. 8. Apresentação do Documento Final do Plano  
302 ao CEDCA e Minuta de Protocolo de Compromissos Entre os Atores do SGD para deliberação e  
303 divulgação. **Produtos respectivos a cada uma das oito etapas supramencionadas:** 01 (um)  
304 Relatório com a síntese da coleta de dados e informações, 01 (um) Relatório com a síntese da  
305 coleta de dados e informações, 01 (um) Diagnóstico parcial com informações quantitativas e  
306 qualitativas acerca do Sistema de Garantia de Direitos em MG, da rede de atendimento  
307 (considerando as políticas públicas/programas existentes e as instituições não governamentais),  
308 01 (um) Diagnóstico parcial com as Boas Práticas em curso nos municípios mineiros, 12  
309 Relatórios com informações sobre o desenvolvimento das reuniões dos GTs Regionais,  
310 complemento de Boas Práticas e Pontos Críticos em relação à Execução das Medidas  
311 Sócioeducativas, 01 (um) Relatório com informações sobre o desenvolvimento do Encontro  
312 Estadual, articuladas às informações das reuniões Regionais e com Recomendações Gerais, 01  
313 (um) Documento Preliminar Plano Estadual de Atendimento Sócioeducativo, 01 (um) Relatório  
314 com a síntese das contribuições advindas da consulta pública, Documento final e Minuta Protocolo  
315 de Compromissos. Todos os produtos serão entregues ao CEDCA/MG por meio eletrônico (e-  
316 mail), meio magnético (CD Rom) e cópia impressa. **Custo da proposta da Consultoria por**  
317 **etapa:** **Coleta** inicial de dados e informações (R\$3.960,00). **Elaboração** e/ou atualização do  
318 mapeamento e caracterização das instâncias do Sistema de Garantia de Direitos, da rede de  
319 atendimento das diversas políticas públicas estaduais, de ONG's que atuem em âmbito Estadual  
320 (R\$ 15.840,00). **Levantamento** de Boas Práticas em relação à Execução das Medidas  
321 Sócioeducativas (R\$1.200,00). **Organização** de 12 (doze) Grupos de Trabalho - GTs Regionais  
322 envolvendo os atores do Sistema de Garantia de Direitos e reuniões nas respectivas regiões (R\$  
323 28.600,00). **Realização** de 01 (um) Encontro Estadual em Belo Horizonte envolvendo os atores do  
324 Sistema de Garantia de Direitos representantes dos GTs Regionais (R\$ 1.200,00).  
325 **Disponibilização** de Documento Preliminar do Plano para consulta pública (R\$1.320,00).  
326 **Incorporação** das contribuições da consulta pública ao Documento (R\$1.200,00). **Apresentação**  
327 do Documento Final do Plano ao CEDCA e Minuta de Protocolo de Compromissos entre os Atores  
328 do SGD para deliberação e divulgação (R\$1.200,00). **Total geral: R\$54.520,00.** Para a etapa 6  
329 sugere-se que a consulta pública seja por meio eletrônico na página do CEDCA/MG na internet.  
330 **Hans** completou informando que este documento é mais que um Plano, é um diagnóstico da  
331 situação do sistema sócioeducativo, possibilitando ao CEDCA articular com os gestores das  
332 medidas sócioeducativas e com os grupos de referência que serão criados no interior do Estado.  
333 Previsto ainda no final dos trabalhos, um **Protocolo de Intenções** entre os atores envolvidos  
334 diretamente no atendimento aos adolescentes. **Cássia** disse que a proposta é possibilitar também  
335 a apropriação dos dados já existentes e disponibilizados pelos parceiros, especialmente da  
336 Secretaria de Defesa Social, que realizou vários Seminários Regionalizados discutindo esta  
337 temática. **Ronaldo** Pedron chamou atenção para o enfoque desses Encontros, que são as

338 medidas sócioeducativas em meio aberto, e que segundo ele, deverá ser o viés de toda a  
339 discussão com os municípios. Informou que a Secretaria de Defesa Social - Subsecretaria de  
340 Atendimento às Medidas Sócioeducativas, já realizou 4 grandes Seminários Regionalizados, cujos  
341 dados estão a disposição dessa Consultoria. Que os dados já existentes no Órgão gestor e  
342 demais atores envolvidos no atendimento possam ser utilizados pela Consultoria, que a proposta  
343 das reuniões com o CEDCA e/ou Comissão seja mais detalhada, de forma a possibilitar a  
344 construção deste Plano de forma conjunta e articulada. Após este momento a referida proposta  
345 para elaboração do **Plano Estadual de Atendimento às Medidas Sócioeducativas do**  
346 **CEDCA/MG**, a ser custeado pela Secretaria de Defesa Social, foi colocado **em votação** e  
347 **aprovado** por unanimidade pelos Conselheiros. Cássia e Hans informaram que já foram  
348 contatados pela Secretaria de Defesa Social para encaminhamento de documentação afeta ao  
349 contrato de prestação de serviços. Ronaldo Pedron informou que o Secretário Executivo, Dr.  
350 Walter, encaminhou cópia do contrato do Planejamento Estratégico do CEDCA, feito com a  
351 mesma Consultoria, para nortear a assessoria jurídica da Secretaria de Defesa Social na  
352 elaboração do contrato para as medidas sócioeducativas. Logo após passou-se ao próximo **ponto**  
353 **da pauta: Apresentação dos dados do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente -**  
354 **CIA**, pelo Conselheiro Ronaldo Pedron. Informou inicialmente que o Centro Integrado foi  
355 inaugurado em dezembro/2008, numa estrutura que abrigam todos os atores diretamente  
356 envolvidos no atendimento ao adolescente em conflito com lei. Que estava aqui para apresentar  
357 os dados do primeiro trimestre de funcionamento deste Centro, ressaltando que o mesmo  
358 possibilitou ao gestor das medidas sócioeducativas e a rede como um todo otimizar o fluxo de  
359 atendimento aos adolescentes, bem como, influenciar positivamente na condução da política de  
360 atenção a esse público. Funciona com: quatro salas para audiências, no subsolo fica o  
361 acautelamento; no 1º andar as Delegacias; no 2º a Defensoria/Ministério Público; no 3º o  
362 Judiciário com as Varas Infracionais e os Cartórios. Anteriormente tínhamos separadamente, os  
363 dados da Polícia Civil, da Secretaria Defesa Social, do Juizado, etc; e agora temos um formulário  
364 único utilizado na ata da audiência que possibilita a coleta de todos os dados referente ao  
365 adolescente e o ato infracional cometido. Tais dados são compilados por um profissional com  
366 formação em ciência da tecnologia, que os insere num banco de dados que possibilita, dentre  
367 outras coisas, estabelecer o perfil do adolescente que passa pelo Centro. Até o momento foram  
368 feitos 1898 registros de atendimentos e 148 audiências com a apresentação do adolescente ao  
369 Juiz, ao Promotor e ao Defensor Público. Na sequência procedeu a apresentação dos percentuais  
370 relativos ao perfil do adolescente atendido no Centro, como, raça, escolaridade, gravidade do ato  
371 infracional cometido, medida aplicada, etc. Em questionário aplicado foi levantado quantos  
372 adolescentes já passaram pela Internação Provisória (CEIP's), sendo que 24,9% já passaram e  
373 75,91% não. Dito também que 60% dos adolescentes está estudando e 40% não. Terminada a  
374 apresentação dos dados, Ronaldo ressaltou que se deve aguardar mês a mês, com cautela, o  
375 desempenho do Centro Integrado, utilizando os dados para melhoria do trabalho de gestão das  
376 medidas sócioeducativas. Ananias pediu a palavra para informar que chegou ao seu  
377 conhecimento, no CMDCA/BH, que após as 21h, a comunidade vizinha ao Centro tem  
378 manifestado desconforto em relação enorme barulho vindo da unidade. Ronaldo interveio para  
379 falar que desconhece qualquer conflito existente nas proximidades do Centro Integrado no período  
380 da noite, ou mesmo em qualquer horário. Contudo, são apreendidos adolescentes durante toda a  
381 noite, com barulho de sirenes, numa rotina de viaturas que acabam por movimentar mesmo a  
382 região, mas sem tumulto. O que existe segundo ele é preconceito. **Maria de Lourdes** Santa  
383 Gema disse que de qualquer maneira o correto é apurar o que pode estar acontecendo. Ronaldo  
384 Pedron ficou de verificar e dar retorno aos demais Conselheiros. Logo após passou-se ao relato  
385 das Comissões Temáticas. **Maria do Rosário**, pela Comissão de Medidas Sócioeducativas  
386 informou que além do estudo da proposta do Plano Estadual referendado nesta plenária, a  
387 Comissão também discutiu outros assuntos, dentre eles, a situação do Centro Sócioeducativo de  
388 Juiz de Fora, onde recentemente aconteceu a morte de um adolescente que estava em  
389 cumprimento de medida privativa de liberdade. Foram ouvidos os esclarecimentos do Conselheiro  
390 Ronaldo Pedron, como gestor da política estadual. A circunstância da morte está sendo tudo  
391 apurada, mas tudo indica que foi mesmo suicídio. Como o adolescente era usuário de droga, é  
392 preciso que se faça uma reflexão sobre a forma de trabalhar esses adolescentes nos Centros,  
393 bem como, aqueles com sofrimento mental, pois, falta atendimento especializado dentro das  
394 unidades. **Ananias** acha que uma solução em curto prazo parece mesmo não existir, informando

395 que no relatório da Deputada Rita Camata (Projeto de Lei do SINASE), é citada uma alteração  
396 prejudicial no **artigo 260** do ECA, fato que mostra muito claramente a não priorização da criança e  
397 do adolescente como política pública. Na alteração se prevê a redução do incentivo fiscal das  
398 pessoas físicas aos Fundos para a Infância e a Adolescência. Como defender as medidas  
399 sócioeducativas sem recursos para financiá-las, e também para as medidas de prevenção?. Na  
400 oportunidade solicitou que o CEDCA se manifeste o quanto antes, que a matéria só não foi votada  
401 ontem porque não houve tempo, que a votação será em turno único. Foi sugerido fazer  
402 manifestação junto aos Senadores da bancada mineira, que apesar de ser matéria contida no  
403 Projeto de Lei, traz em seu bojo a redução da capacidade dos Fundos Municipais se fortalecerem  
404 mediante a destinação de recurso da dedução do imposto de renda. Começou com 10%, depois  
405 ficou em 6% e agora é proposta a redução para 3%. **Rosilene** interveio para perguntar qual seria  
406 então o encaminhamento a ser dado para encerrar a discussão. **Proposta:** Enviar manifestação  
407 propondo a manutenção dos 6% em vigor da destinação da renúncia fiscal das pessoas físicas  
408 aos Fundos para a Infância e Adolescência. **Máira** sugeriu fazer via Assembléia Legislativa  
409 envolvendo a Frente Parlamentar. **Proposta aprovada.** Logo após Rosilene passou à Comissão  
410 de Políticas Públicas, que não apresentou relato, pois, não havia nenhum Conselheiro da  
411 Comissão presente para fazê-lo. Logo após **Bernardo** falou pela Comissão de Apoio aos  
412 Conselhos Municipais e Tutelares, informando que foram analisados alguns ofícios recebidos pela  
413 Comissão, destacando demanda recorrente de casos de reclamação de Conselheiros Tutelares  
414 que acompanham adolescentes infratores, pois, não é atribuição precípua dos mesmos. Ainda o  
415 caso de Itaobim, em que o Juiz extrapolou sua conduta ética e de educação, humilhando uma  
416 Conselheira Tutelar em seu gabinete. A questão foi encaminhada à Corregedoria de Justiça para  
417 apurar qualquer eventual abuso de poder do Juiz. Finalizou reiterando o convite aos Conselheiros  
418 para participarem das capacitações promovidas pela SEDESE/Diretoria de Descentralização,  
419 informando que acontecerá dia 01/06 evento em Uberlândia. Na oportunidade perguntou quem  
420 poderia participar. Ninguém se manifestou naquele momento. Bernardo pediu que a agenda com  
421 as datas das próximas capacitações seja enviada por e-mail aos Conselheiros. Para fechar o  
422 relato das Comissões falou pela Comissão de Orçamento e Finanças, o seu Coordenador  
423 **Ricardo Zadra.** Informou que foram discutidos vários assuntos, dentre eles, resposta à solicitação  
424 da Frente de Defesa para **acompanhamento da execução orçamentária 2009**, destinada a área  
425 da infância e adolescência. Na oportunidade procedeu a leitura, em seu inteiro teor, de  
426 correspondência da Comissão de Orçamento e Finanças, endereçada à Mesa Diretora. Destaque  
427 para o que foi solicitado no referido ofício lido pelo Coordenador: 1. Encaminhar solicitação a  
428 todas as unidades executoras do orçamento do Governo Estadual, informações referentes à  
429 execução orçamentária do primeiro trimestre contendo no mínimo os seguintes dados: 1.1.  
430 Quanto à execução orçamentária em nível de projetos ou atividades por fonte de recurso  
431 contendo, dotação orçamentária; previsão atualizada; despesa empenhada e despesa realizada.  
432 1.2. Quanto à análise: Detectar aspectos relevantes da execução em pontos positivos e/ou  
433 negativos que de alguma forma impactaram na execução orçamentária. Finalizando, foi solicitado  
434 que essas informações sejam atendidas até 05 de junho de 2009, e para os demais meses, que o  
435 envio à Comissão de Orçamento e Finanças, seja feito até o quinto dia útil do mês subsequente. A  
436 seguir repassou informe da SEDESE acerca do corte de 50% nas despesas de custeio dos  
437 Conselhos. Em seguida falou que a Comissão analisou projeto de CAC e concomitante retirada de  
438 R\$ 20.000,00, apresentado pela Entidade Conviver Saber Social, de Lagoa Santa. A COF já  
439 encaminhou este projeto à Comissão de Políticas Públicas para análise de mérito. Ainda nos  
440 informes da COF, Ricardo disse que pediu em 19/05, o saldo do FIA, tendo recebido o seguinte  
441 dado: saldo de R\$ 4.610.000,00 no total, sem retirar o é de CAC. Foi informado à ele que a  
442 SEDESE não tem como informar os valores que se referem somente do FIA. Voltando a questão  
443 da análise da execução orçamentária, **Ricardo** disse que a análise desses dados deve ser  
444 facilitada, chegando em tempo hábil e completa, que a Comissão não tem os dados das  
445 Secretarias gestoras da política para a criança e o adolescente, de forma a estabelecer uma rotina  
446 de trabalho. Que é dever do CEDCA fazer esse acompanhamento, que deveria ser quadrimestral,  
447 pois, os órgãos afetos trabalham desta forma. **Máira** interveio para lembrar que já há alguns anos  
448 a Frente Parlamentar vem fazendo esse monitoramento da execução orçamentária e  
449 encaminhando os relatórios ao CEDCA, e neste mês já enviou a do primeiro trimestre, não  
450 sabendo porque a COF ainda não o recebeu. **Ricardo** disse que a análise da Frente é uma  
451 grande contribuição, mas não exclui as perguntas que queremos fazer aos gestores. **James** disse



452 que em muitos anos de COF, os Conselheiros não conseguiram emplacar uma rotina de análise  
453 desses relatórios de execução orçamentária, e que o simples encaminhamento de ofícios aos  
454 Secretários não garante que serão respondidos. Já se tentou fazer isto várias vezes, e a única vez  
455 que responderam alguma coisa, foi quando o pedido partiu da Coordenadoria das Promotorias,  
456 feito pelo Dr. Ronald Albergaria. **Ananias** fechou a discussão argumentando que a proposta do  
457 Ricardo era endereçada à Mesa Diretora, que o assunto é de natureza complexa para se tomar  
458 uma decisão naquele momento, devido ao adiantado da hora, que o ideal é a **Mesa Diretora**  
459 avaliar e trazer uma proposta consistente e fundamentada. O expediente da COF foi então  
460 passado às mãos da Conselheira Rosilene para apreciação da Mesa Diretora. A seguir **Ricardo**  
461 procedeu a leitura, em seu inteiro teor, de outro documento da Comissão de Orçamento e  
462 Finanças, agora contendo os “**Procedimentos Administrativos para Tramitação de Projetos**  
463 **via CAC Apresentados ao CEDCA/SEDESE**”, que foi passado imediatamente às mãos da  
464 Conselheira Rosilene para apreciação da Mesa Diretora do Conselho. O Conselheiro **Ananias**  
465 pediu a palavra para propor encaminhamento referente a questão da Vara Infracional estar no  
466 mesmo local da Vara Civil, junto com a vara para apuração de crimes previstos na Lei Maria da  
467 Penha, e também a dos Idosos. Dra Andréia Carelli respaldou Ananias e complementou dizendo  
468 que o espaço deveria abrigar somente a apuração de violações contra crianças e adolescentes.  
469 Sugeriu tirar uma Comissão do CEDCA, representante da Frente Parlamentar, Frente de Defesa  
470 para cobrar esse espaço único. Informou que foi aprovada no corpo da Lei a criação de três varas  
471 distintas, e se a questão é de organização judiciária, o CEDCA deve então cobrar do Tribunal de  
472 Justiça. Rosilene propôs votar a matéria, pois, já passava das 17h, e alguns Conselheiros  
473 manifestaram que precisavam sair. **Ananias** propôs que a Mesa Diretora discuta a questão da  
474 **inadequação** em se colocar outras varas no mesmo prédio da Vara Criminal Especializada em  
475 crimes contra crianças e adolescentes. A proposta da Dra Andréia de agendamento de visita ao  
476 Tribunal para tratar desta questão também foi **acatada**. Sem nenhum assunto mais a tratar,  
477 encerrou-se a reunião às 17h e 20min, e foi lavrada a presente ata que aprovada é assinada pelos  
478 Conselheiros presentes à reunião.

479

480 Belo Horizonte, 27 de Maio de 2009.

481